

Alerta Legislação, nº 11 de 14 a 19 de mar. 2016
Boletim semanal

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo • Biblioteca
<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

DESTAQUES

Governo Federal

- **DECRETO Nº 8.691, DE 14 DE MARÇO DE 2016**
Altera o Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo [Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999](#).

Governo do Estado de São Paulo

- **LEI Nº 16.162, DE 14 DE MARÇO DE 2016**
Revaloriza os pisos salariais mensais dos trabalhadores que especifica, instituídos pela [Lei nº 12.640, de 11 de julho de 2007](#)

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
18/03/2016	<u>LEI Nº 13.260, DE 16 DE MARÇO DE 2016 (Retificação)</u> (Publicada no Diário Oficial de 17 de março de 2016, Seção 1, Edição Extra) <i>Na página 2, 2ª coluna, nas assinaturas, leia-se: Dilma Rousseff, Wellington César Lima e Silva, Nelson Barbosa e Nilma Lino Gomes.</i>
17/03/2016 Ed. Extra	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 718, DE 16 DE MARÇO DE 2016</u> Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 , que institui normas gerais sobre desporto, para dispor sobre o controle de dopagem, a Lei nº 12.780, de 9 de janeiro de 2013 , que dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, e dá outras providências. <u>LEI Nº 13.260, DE 16 DE MARÇO DE 2016</u> Regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal , disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista; e altera as Leis nºs 7.960, de 21 de dezembro de 1989 , e 12.850, de 2 de agosto de 2013 . Mensagem de veto <u>LEI Nº 13.259, DE 16 DE MARÇO DE 2016</u>

	Altera as Leis nºs 8.981, de 20 de janeiro de 1995, para dispor acerca da incidência de imposto sobre a renda na hipótese de ganho de capital em decorrência da alienação de bens e direitos de qualquer natureza, e 12.973, de 13 de maio de 2014, para possibilitar opção de tributação de empresas coligadas no exterior na forma de empresas controladas; e regulamenta o inciso XI do art. 156 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional. Mensagem de veto <u>DECRETO Nº 8.693, DE 17 DE MARÇO DE 2016</u> Transfere a Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para a Casa Civil da Presidência da República e a Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Casa Civil da Presidência da República para o Gabinete Pessoal do Presidente da República. <u>DECRETO Nº 8.692, DE 16 DE MARÇO DE 2016</u> Regulamenta o controle de dopagem a que se refere a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto.
17/03/2016	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 717, DE 16 DE MARÇO DE 2016</u> Cria o cargo de Ministro de Estado Chefe do Gabinete Pessoal do Presidente da República, altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e dá outras providências.
15/03/2016	<u>DECRETO Nº 8.691, DE 14 DE MARÇO DE 2016</u> Altera o Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999.
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Atos do Congresso Nacional (CN)	<u>DECRETO LEGISLATIVO Nº 42, DE 2016 (*)</u> Aprova o texto dos Estatutos do Instituto Internacional para a Democracia e a Assistência Eleitoral - IDEA, com sede em Estocolmo, Suécia, com vistas à adesão do Brasil ao Instituto. (*) O texto dos estatutos acima citados está publicado no Diário do Senado Federal de 25/2/2016. <u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 6, DE 2016</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 702, de 17 de dezembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União no dia 18, do mesmo mês e ano, que "Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Saúde, do Trabalho e Emprego e das Cidades e de Encargos Financeiros da União, no valor de R\$ 37.579.334.525,00, para os fins que especifica", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Congresso Nacional, 17 de março de 2016 Senador RENAN CALHEIROS

	Presidente da Mesa do Congresso Nacional
Presidência da República (PR)	CASA CIVIL (CCPR) → Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) <u>PORTARIA N 1, DE 17 DE MARÇO DE 2016</u> Dispõe sobre a padronização nacional da Carteira de Identificação Estudantil - CIE SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL (SAC) → Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) <u>RESOLUÇÃO Nº 377, DE 15 DE MARÇO DE 2016</u> Regulamenta a outorga de serviços aéreos públicos para empresas brasileiras e dá outras providências. SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (SECOM) <u>PORTARIA Nº 48, DE 15 DE MARÇO DE 2016</u> Aprova o Manual de Procedimento das Ações de Publicidade.
Ministério da Educação (MEC)	CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE) <u>RESOLUÇÃO Nº 1, DE 11 DE MARÇO DE 2016</u> Estabelece Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância.
Ministério da Fazenda (MF)	BANCO CENTRAL DO BRASIL (BC) <u>RESOLUÇÃO Nº 4.471, DE 14 DE MARÇO DE 2016</u> Altera a Resolução nº 4.171, de 20 de dezembro de 2012, que estabelece critérios, condições e prazos para a concessão de financiamentos ao amparo dos recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE) e do Fundo de Desenvolvimento do Centro Oeste (FDCO), dentre outras condições. <u>RESOLUÇÃO Nº 4.470, DE 14 DE MARÇO DE 2016</u> Define os encargos financeiros e o bônus de adimplência das operações realizadas com os demais setores ao amparo de recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento em 2016. CASA DA MOEDA DO BRASIL (CMB) <u>BALANÇO PATRIMONIAL</u> (...) SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.627, DE 11 DE MARÇO DE 2016</u> Dispõe sobre o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária.
Ministério da Justiça (MJ)	SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE SEGURANÇA PARA GRANDES EVENTOS (SESGE) → Comissão Estadual de Segurança Pública e Defesa Civil para os Jogos RIO 2016 no Estado do Rio de Janeiro <u>PORTARIA Nº 89, DE 15 DE MARÇO DE 2016</u>

	Cria a Oficina Temática de Enfrentamento ao Terrorismo no âmbito da Comissão Estadual de Segurança Pública e Defesa Civil para os Jogos Rio 2016 no Estado do Rio de Janeiro - COESRIO2016.
Ministério da Saúde (MS)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 405, DE 15 DE MARÇO DE 2016</u> Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a Estratégia de Ação Rápida para o Fortalecimento da Atenção à Saúde e da Proteção Social de Crianças com Microcefalia. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) ↳ Diretoria de Autorização e Registro Sanitários <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 668, DE 11 DE MARÇO DE 2016</u> (...) Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão, em todo território nacional, de todas as propagandas que atribuam propriedades não estabelecidas pela legislação sanitária vigente, divulgadas nos sítios eletrônicos http://hynibtabs.com.br e http://www.ultrafarma.com.br/produto/detalhes-16867/hynib_tabs_com_60_tabletes.html e todo e qualquer tipo de mídia, relativas ao produto SUPLEMENTO MINERAL À BASE DE PICOLINATO DE CROMO E CÁLCIO, da marca HYNIB TABS, fabricado por Laboratório Brasileiro Brasmed S/A (CNPJ desconhecido) e Evers Nutracêutica Indústria e Comércio Ltda (CNPJ 07.430.661/0001-04). (...) ↳ Diretoria de Controle e Monitoramento Sanitários <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 676, DE 17 DE MARÇO DE 2016</u> [...] Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a apreensão e inutilização, em todo o território nacional, do produto SIBUTONIC (sibutramina), em cujo rótulo consta indevidamente logotipo da empresa Accord Farmacêutica Ltda e o endereço Av. Vicuna 2897, Brasil São Paulo, o qual é inexistente. [...]
Ministério das Cidades (MCidades)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº- 2, DE 15 DE MARÇO DE 2016</u> Dispõe sobre o Orçamento Operacional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, referente à área de Habitação Popular e demais operações habitacionais, para o exercício de 2016.
Ministério das Relações Exteriores (MRE)	SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES (SG) ↳ Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior (SGEB) ↳ ↳ Departamento de Imigração e Assuntos Jurídicos (DIJ) ↳ ↳ ↳ Divisão de Atos Internacionais (DAI) <u>ACORDO COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO SURINAME PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO</u>

"FORTALECIMENTO DO COMBATE AO SURGIMENTO DA DOENÇA DE CHAGAS NO SURINAME"

ACORDO COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO SURINAME PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO "NOVO MAPA GEOLÓGICO DO SURINAME - PREPARAÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO DE LEVANTAMENTO AEROGEOFÍSICO E ORGANIZAÇÃO DE BASE DE DADOS GEOLÓGICOS"

ACORDO COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO SURINAME PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO "FORTALECIMENTO DO COMBATE À LEISHMANIOSE NO SURINAME"

ACORDO COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO SURINAME PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO "FORTALECIMENTO DO COMBATE AO HIV/AIDS EM POPULAÇÕES-CHAVE NO SURINAME"

ACORDO COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO SURINAME PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO "COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA PARA ERRADICAÇÃO DA MALÁRIA"

AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO EQUADOR PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO "POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COM ÊNFASE EM ATENÇÃO ÀS FAMÍLIAS E COMUNIDADES"

AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO EQUADOR PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO "FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES PARA CONTRIBUIR A ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL "

AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO EQUADOR PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO "CAPACITAÇÃO EM METODOLOGIAS E INSTRUMENTOS PARA AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS INTEGRANTES DO PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO EQUATORIANO"

AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO EQUADOR PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO "APOIO TÉCNICO PARA A

	<u>EXPANSÃO E CONSOLIDAÇÃO DA REDE DE BANCOS DE LEITE HUMANO NO EQUADOR"</u> <u>MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, POR MEIO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E O GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS MEXICANOS, POR MEIO DA SECRETARIA DE RELAÇÕES EXTERIORES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE ATIVIDADES DE COOPERAÇÃO TÉCNICA EM TERCEIROS PAÍSES</u>
Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA) <u>PORTARIA Nº 86, DE 10 DE MARÇO DE 2016</u> (...) Art. 1º Criar Grupo de Trabalho denominado Núcleo Técnico de Estudos de Geoprocessamento (NETGeo) incumbido de supervisionar e coordenar estudos de implantação de pólos nacionais de geoprocessamento de imagens orbitais para atender demandas de monitoramento ambiental, fiscalização cadastral, vistoria remota de propriedades, auxiliar no processo de parcelamento de Projetos de Assentamentos e vistoria de territórios quilombolas, bem como, outras atividades de interesse da Autarquia; (...)
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)	GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA Nº 10, DE 14 DE MARÇO DE 2016</u> Cria a Campanha Brasil Saudável e Sustentável e dá outras providências.
Ministério do Esporte (ME)	AUTORIDADE BRASILEIRA DE CONTROLE DE DOPAGEM <u>PORTARIA Nº 1, DE 16 DE MARÇO DE 2016</u> Institui o Código Brasileiro Antidopagem
Ministério do Meio Ambiente (MMA)	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA) <u>PORTARIA Nº 5, DE 14 DE MARÇO DE 2016</u> Estabelece os procedimentos a serem adotados, no âmbito do Ibama, sobre a execução da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, que regulamenta o acesso a informações, e dá outras providências.
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR

19/03/2016	<u>DECRETO Nº 61.879, DE 18 DE MARÇO DE 2016</u> Transfere o cargo e as funções-atividades que especifica e dá providências correlatas
17/03/2016	Retificação do D.O. de 4-3-2016 [...] <u>DECRETO Nº 61.857, DE 3 DE MARÇO DE 2016</u> Transfere o cargo e as funções-atividades que especifica e dá providências correlatas [...] No referendo, leia-se como segue e não como constou: Palácio dos Bandeirantes, 3 de março de 2016 (...) Retificação do D.O. de 2-3-2016 [...] <u>DECRETO Nº 61.847, DE 1º DE MARÇO DE 2016</u> Dispõe sobre a gestão do Plano Plurianual - PPA 2016-2019 e de seus programas [...] No referendo, leia-se como segue e não como constou: Palácio dos Bandeirantes, 1º de março de 2016 (...) <u>DECRETO Nº 61.866, DE 17 DE MARÇO DE 2016</u> Aprova a Ata do Conselho de Curadores da Fundação do Desenvolvimento Administrativo – FUNDAP, que deliberou sobre a extinção da entidade, e dá providências correlatas
16/03/2016	<u>LEI COMPLEMENTAR Nº 1.283, DE 15 DE MARÇO DE 2016</u> Dispõe sobre a concessão de abono complementar aos servidores, na forma que especifica
15/03/2016	<u>LEI Nº 16.162, DE 14 DE MARÇO DE 2016</u> Revaloriza os pisos salariais mensais dos trabalhadores que especifica, instituídos pela Lei nº 12.640, de 11 de julho de 2007
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Cultura (SC)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SC 23, DE 15-03-2016</u> Dispõe sobre o tombamento do Conjunto da Estação Ferroviária de Avaré, no município homônimo <u>RESOLUÇÃO SC 22, DE 15-03-2016</u> Dispõe sobre o tombamento do Conjunto da Estação Ferroviária de Chavantes, no município homônimo <u>RESOLUÇÃO SC 21, DE 15-03-2016</u>

	Dispõe sobre o tombamento do antigo Asilo Colônia Aimorés, no município de Bauru <u>RESOLUÇÃO SC 20, DE 15-03-2016</u> Dispõe sobre a regulamentação da área envoltória do Bosque dos Jequitibás, no município de Campinas, bem tombado por meio de Resolução de 09-04-1970 <u>RESOLUÇÃO SC 19, DE 15-03-2016</u> Dispõe sobre a proteção da sede da Fazenda Tenente Carrito, no Município de Itapetininga <u>RESOLUÇÃO SC 18, DE 15-03-2016</u> Altera os termos da Resolução SC-68, de 24-08-2011, que tombou os Jardins da Orla, no município de Santos <u>RESOLUÇÃO SC 17, DE 15-03-2016</u> Dispõe sobre o tombamento da Garagem América, no município de São Paulo <u>RESOLUÇÃO SC - 2, DE 8-3-2016</u> Institui o Concurso "Prêmio São Paulo de Literatura 2016" <u>RESOLUÇÃO SC 15, DE 14-03-2016</u> Dispõe sobre a realização de Convocação Pública, a que alude o artigo 6º, § 3º, da Lei Complementar Estadual 846, de 04-06-1998 (...) Artigo 1º - Realizar a presente convocação pública, nos termos do artigo 6º, § 3º, da Lei Complementar Estadual 846, de 04-06-1998, para que as entidades privadas sem fins lucrativos que possuam qualificação como organização social de cultura, na hipótese de comprovado interesse em celebrar contrato(s) de gestão com a Secretaria de Estado da Cultura, para o gerenciamento dos equipamentos museológicos abaixo discriminados, manifestem, por escrito, seu intento junto a esta Pasta, na data de 02-05-2016, às 14h30 (quatorze horas e trinta minutos). (...)
Fazenda (SF)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SF 33, DE 18-03-2016</u> Fixa o montante máximo (limite global) de recursos disponíveis no exercício de 2016 para apoio financeiro a projetos desportivos no âmbito do Programa de Incentivo ao Esporte, nos termos do § 2º do artigo 16 da Lei 13.918, de 22-12-2009 <u>RESOLUÇÃO SF 32, DE 18-03-2016</u> Fixa o montante máximo (limite global) de recursos disponíveis no exercício de 2016 para apoio financeiro a projetos culturais no âmbito do Programa de Ação Cultural - PAC, instituído pela Lei 12.268, de 20-02-2006 <u>RESOLUÇÃO SF 28, DE 14-03-2016</u> Altera a Resolução SF 81, de 26-11-2015, que divulga os valores de mercado de veículos usados, em unidade de moeda corrente, para efeito de lançamento do IPVA do exercício de 2015 (*) Esta resolução foi publicada no dia 15 e 16, porém não foi informado se é uma republicação.

	<u>RESOLUÇÃO SF 27, DE 11-03-2016</u> Aprova, no âmbito da Secretaria da Fazenda, o Programa de Capacitação para o ano de 2016 <u>RESOLUÇÃO SF 31, DE 14-03-2016</u> Altera a Resolução SF-14/08, de 31-03-2008, que estabelece os procedimentos necessários à utilização dos créditos concedidos no âmbito do Programa de Estímulo à Cidadania do Estado de São Paulo <u>RESOLUÇÃO SF- 30, DE 14-3-2016</u> (...) pagamento da Bonificação por Resultados - BR (...) <u>RESOLUÇÃO SF- 29, DE 14-3-2016</u> (...) índice de cumprimento de metas das Unidades da Administração Tributária, referente aos indicadores globais da Coordenadoria da Administração Tributária – CAT, relativamente ao 3º trimestre do exercício de 2015 (...) <u>RESOLUÇÃO SF 28, DE 14-03-2016</u> Altera a Resolução SF-81, de 26-11-2015, que divulga os valores de mercado de veículos usados, em unidade de moeda corrente, para efeito de lançamento do IPVA do exercício de 2015 SÃO PAULO PREVIDÊNCIA (SPPREV) <u>PORTARIA SPPREV 73, DE 16-03-2016</u> Institui o Processo de Transição de Serviço no âmbito da SPPREV
Governo (SG)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA CC/SG/SF/SPG-1, DE 16-3-2016</u> Dispõe sobre a fixação das metas dos indicadores criminais estratégicos do Estado e do desdobramento das metas, para fins de pagamento da Bonificação por Resultados - BR, instituída pela LC 1.245-2014, para o período correspondente ao 2º semestre de 2015 CHEFIA DE GABINETE – Departamento de Recursos Humanos <u>PORTARIA 1, DE 17-3-2016</u> Dispõe sobre os procedimentos relativos à aplicação da Avaliação de Desempenho Individual (ADI) - ano 2016, de que trata o Dec. 57.884-2012
Logística e Transportes (SLT)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) DEPARTAMENTO AEROVIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO (DAESP) DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM (DER)

Meio Ambiente (SMA)	GABINETE DA SECRETÁRIA (GS) <u>RESOLUÇÃO SMA - 28, DE 17-3-2016</u> Altera dispositivo da Resolução SMA 24, de 19-02-2016, que institui a Coordenação e os Comitês de Apoio Executivo à Gestão de Resíduos Sólidos do Sistema Ambiental Paulista, no âmbito da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, a fim de integrar as ações relacionadas à Política Estadual de Resíduos Sólidos, e dá outras providências
Planejamento e Gestão (SPG) Antiga SPDR	UNIDADE CENTRAL DE RECURSOS HUMANOS (UCRH) <u>INSTRUÇÃO CONJUNTA UCRH/SPPREV-03, DE 11 DE MARÇO DE 2016</u> (...) GRATIFICAÇÃO PELO DESEMPENHO DE ATIVIDADES NO DETRAN-SP (...) <u>INSTRUÇÃO CONJUNTA UCRH/SPPREV-2, DE 11-03-2016</u> (...) Prêmio de Produtividade Médica (...)
Procuradoria Geral do Estado (PGE)	GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO (GPG) <u>RESOLUÇÃO PGE-15, DE 15-03-2016</u> Estabelece normas complementares para as consignações na folha de pagamento dos honorários advocatícios a que se refere o artigo 55 da Lei Complementar 93, de 28-05-1974
Saúde (SS)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS - 26, DE 16-3-2016</u> Altera a representatividade do Centro de Vigilância Epidemiológica, na Comissão Permanente de Assessoramento em Imunização – CPAI, e dá outras providências. <u>RESOLUÇÃO SS – 25, DE 16-3-2016</u> Institui, no âmbito da Secretária da Saúde, Grupo Técnico para a coordenação das ações, no Estado de São Paulo, referentes ao “Plano Estratégico para a Erradicação da Poliomielite”, aprovado pela O.M.S., e dá providências correlatas.
Secretaria de Segurança Pública (SSP)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SSP-33, DE 17-03-2016</u> (...) Artigo 1º - A Subsecretaria de Acompanhamento de Projetos Estratégicos - SAPE da Secretaria da Segurança Pública, atendendo à previsão da LC 1.245-2014, procedeu à apuração dos resultados dos indicadores definidos na Resolução Conjunta CC/SG/SF/SPG-9, de 25-09-2015 para o 3º trimestre de 2015, conforme Nota Técnica anexa. (...) <u>RESOLUÇÃO SSP-31, DE 16-03-2016</u> Institui Grupo de Trabalho para discutir medidas, no âmbito da Secretaria de Segurança Pública, que viabilizem o aprimoramento dos serviços desta Pasta no enfrentamento aos crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher

Universidade de São Paulo (USP)	REITORIA ↳ Pró-Reitorias ↳ ↳ Pró-Reitoria de Graduação (PRG) <u>RESOLUÇÃO COG 7183, DE 15-03-2016</u> Estabelece normas e programas das matérias objeto de avaliação para a etapa de Pré-seleção de candidatos que desejam transferência para cursos de graduação da USP, no 2º semestre de 2016 e no 1º semestre de 2017, e estabelece normas gerais para o exame da segunda etapa
Publicação DOE - Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
19/03/2016	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 191, DE 2016</u> Dispõe sobre os serviços de reparo do piso e do leito carroçável das vias públicas urbanas pelas empresas concessionárias de serviços públicos estaduais DOE, Legislativo, 19/03/2016, p. 12 <u>PROJETO DE LEI Nº 188, DE 2016</u> Dispõe sobre o acesso ao sistema de ofertas de serviços na rede pública de saúde pelo Sistema CROSS. DOE, Legislativo, 19/03/2016, p. 11 <u>PROJETO DE LEI Nº 187, DE 2016</u> Institui a Política Estadual de Proteção ao Nascituro. DOE, Legislativo, 19/03/2016, p. 11 <u>PROJETO DE LEI Nº 185, DE 2016</u> Dispensa a exigência de alvará para funcionamento de templos religiosos de qualquer natureza, no âmbito do estado de São Paulo, nos termos alínea b do inciso VI do art. 150 da Constituição Federal. DOE, Legislativo, 19/03/2016, p. 11 <u>PROJETO DE LEI Nº 184, DE 2016</u> Proíbe a exigência da realização do teste de gravidez e a apresentação de atestado de laqueadura, como condição de acesso de mulheres a postos de trabalho nas empresas do Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 19/03/2016, p. 11 PROJETOS DE RESOLUÇÃO <u>PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 6, DE 2016</u> Autoriza a Divisão de Saúde e Assistência ao Servidor a prestar atendimento de emergência aos trabalhadores das empresas que prestam serviços terceirizados no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 19/03/2016, p. 12 TRIBUNAL DE CONTAS (TC) <u>COMUNICADO GP Nº 05/2016</u> Videoconferência - Sustentação oral O Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho, Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais; Considerando a observância do princípio constitucional do devido processo;

	Considerando a autonomia assegurada ao processo de contas; e Considerando conferir maior funcionalidade na efetivação da ampla defesa; COMUNICA a todos os responsáveis, interessados, jurisdicionados e advogados que, nos termos do art. 51 da Lei Orgânica do Tribunal e para os fins do disposto no artigo 109 do Regimento Interno, a partir de 29 do corrente mês, será permitido ao interessado ou ao seu advogado realizar sustentação oral também por intermédio de videoconferência realizada a partir da sede de Unidade Regional, desde que requerida até 24 horas antes do início da sessão. Publique-se. G.P., em 18 de março de 2016. DIMAS EDUARDO RAMALHO Presidente DOE, Legislativo, 19/03/2016, p. 20
18/03/2016	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 170, DE 2016 (Republicado)</u> Altera o § 2º, do Artigo 5º, da Lei nº 12.685, de 28 de agosto de 2007, para permitir que as entidades paulistas de direito privado da área da saúde sem fins lucrativos, sejam favorecidas com o crédito previsto no Artigo 2º da referida Lei, não utilizado pela pessoa física ou jurídica no prazo de validade. (Republicado por ter saído com incorreções no D.A.L. de 17/3/2016) DOE, Legislativo, 18/03/2016, p. 12 <u>PROJETO DE LEI Nº 177, DE 2016</u> Altera a Lei 15.266, de 26 de dezembro de 2013, que dispõe sobre o tratamento tributário relativo às taxas no âmbito do Poder Executivo Estadual DOE, Legislativo, 18/03/2016, p. 12 <u>PROJETO DE LEI Nº 176, DE 2016</u> Regulamenta a carreira de Agente de Segurança Pública Ferroviária da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, da Secretaria dos Transportes Metropolitanos - STM e estabelece providências correlatas DOE, Legislativo, 18/03/2016, p. 10 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 7, DE 2016</u> Acrescenta parágrafo único ao artigo 240 da Lei 10.261, de 28 de outubro de 1968, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado. DOE, Legislativo, 18/03/2016, p. 10 <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 6, DE 2016</u> TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO Dispõe sobre a concessão de revisão geral anual prevista no inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, combinado com a Lei nº 12.680, de 16 de julho de 2007. DOE, Legislativo, 18/03/2016, p. 7 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO <u>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 7, DE 2016</u> Reconhece decisão do Tribunal de Contas do Estado, que julgou irregulares as contas anuais da Fundação Centro Educativo, Recreativo

	e Esportivo do Trabalhador – CERET relativas ao exercício de 2010, e dá outras providências. DOE, Legislativo, 18/03/2016, p. 13 <u>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 6, DE 2016</u> Dispõe sobre a reforma de decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e dá outras providências. DOE, Legislativo, 18/03/2016, p. 13 <u>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 5, DE 2016</u> Dispõe sobre a reforma da decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e dá outras providências. DOE, Legislativo, 18/03/2016, p. 13 <u>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 4, DE 2016</u> Dispõe sobre a reforma da decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e dá outras providências. DOE, Legislativo, 18/03/2016, p. 13
17/03/2016	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 175, DE 2016</u> MENSAGEM A-nº 42 /2016, DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO [...] Tenho a honra de encaminhar, por intermédio de Vossa Excelência, à elevada deliberação dessa nobre Assembleia, o incluso projeto de lei que autoriza a Fazenda do Estado a alienar, mediante doação com encargo, os imóveis que especifica e dá outras providências. [...] DOE, Legislativo, 17/03/2016, p. 14 <u>PROJETO DE LEI Nº 174, DE 2016</u> Autoriza o poder executivo a instituir o hospital público veterinário estadual no município de São Paulo e clínicas veterinárias públicas estaduais em municípios do estado de São Paulo e dá outras providências. DOE, Legislativo, 17/03/2016, p. 14 <u>PROJETO DE LEI Nº 172, DE 2016</u> Autoriza o Poder Executivo conceder isenção total da tarifa de água e esgoto às famílias vítimas de enchentes no Estado de São Paulo durante período determinado e dá outras providências DOE, Legislativo, 17/03/2016, p. 14 <u>PROJETO DE LEI Nº 171, DE 2016</u> Inclui no Calendário Turístico do Estado as celebrações da Semana Santa realizadas, anualmente, no "Santuário Morada de Deus", no Município de Álvares Machado DOE, Legislativo, 17/03/2016, p. 14 <u>PROJETO DE LEI Nº 170, DE 2016</u> Altera o § 2º, do Artigo 5º, da Lei nº 12.685, de 28 de agosto de 2007, para permitir que as entidades paulistas de direito privado da área da saúde sem fins lucrativos, sejam favorecidas com o crédito previsto no Artigo 2º da referida Lei, não utilizado pela pessoa física ou jurídica no prazo de validade. DOE, Legislativo, 17/03/2016, p. 13

PROJETO DE LEI Nº 169, DE 2016

Dispõe sobre a utilização de créditos em precatórios para a aquisição de propriedades imóveis do Estado de São Paulo.

[DOE, Legislativo, 17/03/2016, p. 13](#)

TRIBUNAL DE CONTAS (TCE)

COMUNICADO GP Nº 04/2016

PROCESSO ELETRÔNICO – e-TCESP

O Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho, Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, COMUNICA a todos os interessados (pessoas físicas ou jurídicas), jurisdicionados e advogados, que a documentação e informações encaminhadas para fins de recepção e cadastramento no Processo Eletrônico, regulamentado pela Resolução nº 01/2011, serão processadas eletronicamente, observados os seguintes procedimentos:

a) Na petição deverá constar todas as informações e dados elencados no artigo 15 da Resolução nº 01/2011, publicado no DOE de 07/10/11 e constante da página eletrônica deste Tribunal;

b) O interessado poderá entregar a documentação por meio de mídia digital devendo aguardar, necessariamente, a finalização do procedimento de cadastramento do processo eletrônico para que receba o protocolo gerado pelo e-TCESP;

c) Os documentos apresentados em mídia digital deverão ser salvos em arquivos individualizados, separados por tipo de documento, nomeados de acordo com seu conteúdo, dispostos na ordem cronológica dos eventos do processo e assinados digitalmente (extensão “.p7s”);

d) Todo arquivo encaminhado em mídia digital, inclusive de plantas e projetos de engenharia e arquitetura, quando requisitado, deverá estar no formato “PDF” pesquisável, sem qualquer tipo de restrição de arquivo PDF e assinado digitalmente (extensão “.p7s”), respeitando o tamanho de, no máximo, 5MB (megabytes). Caso o arquivo ultrapasse este limite, deverá ser dividido em tantos arquivos quantos forem necessários, com identificação sequencial, como por exemplo: peticao_parte_1 e peticao_parte_2 etc;

e) O layout da página digitalizada deverá estar no formato retrato ou paisagem para leitura, sem necessidade de utilização do recurso “girar visualização”;

f) A resolução de digitalização deverá ser de 200dpi podendo, em caráter excepcional ser ultrapassada até o limite de 300dpi, desde que devidamente justificada e comprovada sua necessidade;

g) A digitalização deverá ser feita em preto e branco, admitindo-se tons de cinza, nos casos em que sua visualização assim justifique; e

h) Os arquivos deverão estar livres de vírus ou ameaças.

Para o peticionamento junto às Unidades Protocoladoras o Interessado deverá prestar todas as informações necessárias, exigidas nos termos do art. 15 da Resolução nº 01/2011, publicado no DOE de 07/10/11 e aguardar a finalização do procedimento de cadastramento do processo eletrônico para que receba o protocolo gerado pelo e-TCESP.

Nessas condições, a petição e eventuais documentos deverão estar numerados e rubricados no canto superior direito da folha, ser apresentados em papel não reciclado no tamanho A4, impressão legível, preferencialmente em tinta preta, sem que contenham perfurações, grampos, espiral ou qualquer outro material metálico ou de plástico preso às folhas, que dificulte o procedimento de digitalização.

Os documentos que não estiverem em condição de digitalização, por apresentar legibilidade deficiente, não serão recepcionados pelas

	Unidades Protocoladoras, o que implicará na impossibilidade de inserção no sistema e-TCESP, situações excepcionais serão tratadas pontualmente pela Presidência. Alerte-se, ainda, que os comprovantes que assegurem a prova de capacidade e/ou cidadania do representante, estabelecidos no parágrafo 2º do artigo 220 do Regimento Interno, deverão ser apresentados em original ou cópia autenticada. Para o peticionamento efetuado via internet, o sistema e-TCESP estará disponível 24h por dia, 07 (sete) dias por semana, exceto nos períodos de suspensão previamente programados, sendo necessário e imprescindível o certificado digital dos subscritores ou dos respectivos representantes legais. Eventuais dúvidas deverão ser dirigidas a este Tribunal por meio do Sistema de Atendimento do e-TCESP: http://atendimento.tce.sp.gov.br. Publique-se. GP, 15 de março de 2016. DIMAS EDUARDO RAMALHO Presidente DOE, Legislativo, 17/03/2016, p. 22
16/03/2016	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 167, DE 2016</u> Dispõe sobre a instalação de salas de cinema nas escolas estaduais do Estado de São Paulo e dá outras providências. DOE, Legislativo, 16/03/2016, p. 14 <u>PROJETO DE LEI Nº 166, DE 2016</u> Dispõe sobre a permissão para realização do transporte individual de passageiros na categoria de veículo de aluguel - táxi, na modalidade intermunicipal no Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 16/03/2016, p. 14 <u>PROJETO DE LEI Nº 164, DE 2016</u> Veda a exigência de uniformes escolares nas instituições privadas de ensino médio no estado de São Paulo e dá outras providências. DOE, Legislativo, 16/03/2016, p. 14 <u>PROJETO DE LEI Nº 163, DE 2016</u> Dispõe sobre a criação do cargo de Técnico em Imobilizações Ortopédicas no Quadro de Pessoal da Área da Saúde do Estado de São Paulo e dá outras providências. DOE, Legislativo, 16/03/2016, p. 14
15/03/2016	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 162, DE 2016</u> Autoriza o Governo do Estado de São Paulo a criar uma unidade do Poupatempo no município de Santana de Parnaíba. DOE, Legislativo, 15/03/2016, p. 13 <u>PROJETO DE LEI Nº 161, DE 2016</u> Autoriza o Governo do Estado de São Paulo a criar uma unidade do Poupatempo no município de Cruzeiro DOE, Legislativo, 15/03/2016, p. 13

	<u>PROJETO DE LEI Nº 158, DE 2016</u> Institui o Serviço Especial Gratuito de Transporte para tratamento de saúde para pessoas com câncer no Estado de São Paulo DOE, Legislativo, 15/03/2016, p. 13 <u>PROJETO DE LEI Nº 157, DE 2016</u> Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação e manutenção de sistema de segurança baseado em monitoramento por meio de câmeras de vídeo em Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI), no âmbito do Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 15/03/2016, p. 13
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
19/03/2016	<u>DECRETO Nº 56.881, DE 18 DE MARÇO DE 2016</u> Altera o Decreto nº 56.223, de 1º de julho de 2015, que trata da comunicação eletrônica entre a Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico e o sujeito passivo dos tributos municipais por meio do Domicílio Eletrônico do Cidadão Paulistano – DEC. SUPLEMENTO FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUBSECRETARIA DA RECEITA MUNICIPAL DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA DEPARTAMENTO DE CADASTROS - DECAD EDITAL 002/16 - EDITAL DE NOTIFICACAO DE LANÇAMENTOS <u>NOVOS, REVISTOS OU COMPLEMENTARES DOS IMPOSTOS PREDIAL E TERRITORIAL URBANO</u>
18/03/2016	<u>DECRETO Nº 56.877, DE 17 DE MARÇO DE 2016</u> Dispõe sobre a organização e funcionamento da Universidade nos Centros Educacionais Unificados – UniCEU da Prefeitura do Município de São Paulo, vinculados à Secretaria Municipal de Educação.
16/03/2016	<u>DECRETO Nº 56.871, DE 15 DE MARÇO DE 2016</u> Dispõe sobre a organização do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor – SMDC, do Departamento de Defesa do Consumidor - PROCON PAULISTANO e do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor – CONDECON PAULISTANO, estabelece novas regras para o Fundo Municipal de Defesa do Consumidor – FMDC, bem como transfere e altera a denominação dos cargos de provimento em comissão que especifica.
15/03/2016	<u>DECRETO Nº 56.868, DE 14 DE MARÇO DE 2016</u> Altera o Decreto nº 53.510, de 1º de novembro de 2012, que criou e denominou o Parque Linear Aricanduva.

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Maria Auxiliadora Evangelista
mevangelista@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Centro de Documentação e Arquivo - CDA

(11) 2193-8107 e 8144

ccivil@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor encaminhar solicitação de cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107